



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/ES

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

O Ordenador de Despesas da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 1º, VIII, IX e X da Portaria DG/PF nº 334, de 28 de fevereiro de 2024 e

Considerando o disposto no art. 72, VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Considerando o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, e a subdelegação de competência prevista na Portaria nº 11.479-DG/PF, de 12 de fevereiro de 2022

Considerando ser fundamental a presente contratação para o bom desenvolvimento das atividades administrativas e operacionais desta Unidade Gestora;

Considerando que não haverá desembolso de recursos financeiros;

RESOLVE

DECLARAR a inexigibilidade, com base no art. 74, *caput*, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da licitação para seleção do fornecedor da contratação abaixo descrita:

Objeto a ser contratado: instalação de uma Base de Apoio Logístico no município de Aracruz, região norte do Estado do Espírito Santo, para a guarda e manutenção de embarcações e equipamentos de mergulho do NEPOM/DREX/SR/PF/ES;

Favorecido: PORTOCEL - Terminal Especializado de Barra do Riacho S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.497.394/0001-54;

Prazo de vigência: 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/2021;

Valor total da contratação: o comodato é a título gratuito.

AUTORIZAR, desde que obedecidas as formalidades legais em vigor, a contratação direta da PORTOCEL - Terminal Especializado de Barra do Riacho S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 28.497.394/0001-54, por inexigibilidade de licitação, com fundamento legal no art. 74, *caput*, da Lei nº 14.133/21, tendo em vista as justificativas apresentadas nos autos em especial a:

Razão de escolha do contratado: se confunde com o próprio fundamento da inexigibilidade de licitação, amparada, pois na existência de apenas um local adequado à instalação da Base de Apoio Logístico, conforme os motivos apresentados nos Estudos Preliminares;

Justificativa de preço: não haverá rateio de despesas e nem repasse de recursos financeiros por parte da Administração, uma vez que o uso da área é a título gratuito.

DETERMINAR, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, conforme disposto no art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

MARCIO MAGNO CARVALHO XAVIER
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional da Polícia Federal no Espírito Santo



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO MAGNO CARVALHO XAVIER**, **Superintendente Regional**, em 11/03/2025, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=40081967&crc=1F4B79A9](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=40081967&crc=1F4B79A9).

Código verificador: **40081967** e Código CRC: **1F4B79A9**.

Referência: Processo nº 08285.003581/2023-07

SEI nº 40081967